



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

PAULO SÉRGIO DIAS PEREIRA JÚNIOR

**AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL: INDICADOR KPA 2.9 - FLUXO DE  
REPORTE DE AUDITORIA ESTABELECIDO – DE AVALIAÇÃO DO IA-CM**

Brasília, DF

2021

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura  
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira  
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Lúcio Remuzat Rennó Junior  
Decano de Pós-Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama  
Coordenador do Programa Pós-graduação em Ciências Contábeis

Professor Doutor Alex Laquis Resende  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

PAULO SÉRGIO DIAS PEREIRA JÚNIOR

AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL: INDICADOR KPA 2.9 - FLUXO DE  
REPORTE DE AUDITORIA ESTABELECIDO – DE AVALIAÇÃO DO IA-CM

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Linha de pesquisa:

Impactos da Auditoria Interna na UnB

Área:

Auditoria e Controles Públicos

Brasília, DF

2021

**PAULO SÉRGIO DIAS PEREIRA JÚNIOR**

Auditoria Interna Governamental: Indicador KPA 2.9 – Fluxo de Reporte de Auditoria Estabelecido – de Avaliação do IA-CM / Paulo Sérgio Dias Pereira Júnior - Brasília, 2021.

Orientador(a): Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2021.

Bibliografia.

1. Auditoria Interna 2. Setor Público 3. PGMQ 4. Universidades I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. II. Auditoria Interna Governamental: Indicador: KPA 2.9 – Fluxo de Reporte de Auditoria Estabelecido – de Avaliação de PGMQ.

PAULO SÉRGIO DIAS PEREIRA JÚNIOR

AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL: INDICADOR KPA 2.9 - FLUXO DE  
REPORTE DE AUDITORIA ESTABELECIDO – DE AVALIAÇÃO DO IA-CM

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)  
defendido e aprovado no Departamento de  
Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de  
Economia, Administração e Contabilidade da  
Universidade de Brasília como requisito à  
conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências  
Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte  
comissão examinadora:

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa  
Orientador  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Dr. Paulo César de Melo Mendes  
Examinador  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade Brasília (UnB)

Brasília, DF

2021

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por proporcionar a realização de mais um sonho.

À minha família que sempre acreditou, e proporcionou o que estava ao seu alcance para que eu pudesse finalizar a minha graduação.

À minha noiva, Júlia, que sempre esteve ao meu lado e que tanto me incentivou.

Ao meu Ilustríssimo Orientador Professor Abimael, pelos conselhos e palavras que fizeram total diferença na conclusão do meu trabalho.

A Universidade de Brasília, que ao longo dessa jornada proporcionou a melhor experiência acadêmica como aluno e sempre me acolheu como ser humano.

## RESUMO

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), é um documento que determina os trabalhos que serão realizados pela Auditoria Interna no ano seguinte a sua elaboração. Essa é a primeira iniciativa para que a equipe responsável pela auditoria interna possa desenvolver suas atividades de maneira eficaz, eficiente e sob uma orientação focada no planejamento e na execução dos seus trabalhos. O RAIN (Relatório anual de auditoria interna) descreve os trabalhos realizados pela AUD durante o exercício que em conformidade com o PAINT são dispositivos atuantes na prestação de contas. O modelo utilizado nesta pesquisa foi o *Internal Audit Capability Model of the Public Sector* (IA-CM) com foco no indicador KPA 2.9 tendo como base se a auditoria interna da Universidade de Brasília está em harmonia com as práticas descritas no PAINT e seguindo o modelo dos IIA. Por meio de pesquisa documental e análise de documentos, ficou constatado um nível satisfatório de resposta frente as práticas adotadas pelo modelo do IA-CM com relação ao KPA 2.9, porém, alguns pontos ainda estão em fase de adequação como a implantação de sistemas informatizados para gestão dos processos da auditoria interna.

**Palavras-chave:** Auditoria Interna; Governo Federal; IA-CM; Universidades.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>7</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE FIGURAS E QUADROS .....</b>	<b>9</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1. Problema da Pesquisa .....	12
1.2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos .....	13
1.3. Justificativa da Pesquisa .....	13
1.4. Estrutura da Pesquisa .....	14
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>14</b>
2.1. Internal Audit Capability Model (IA-CM) .....	14
2.2. Auditoria Interna em Universidades Federais .....	20
2.3. Pesquisas Anteriores .....	21
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>22</b>
3.1. Detalhamento do Indicador.....	23
3.2. Aplicação de Checklist do Indicador .....	23
<b>4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>26</b>
4.1. A Auditoria Interna da UnB .....	26
4.2. Análise descritiva dos dados.....	28
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICE(S).....</b>	<b>43</b>

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Matriz de uma página .....	17
Figura 2: Níveis de capacidade.....	18
Quadro 1: Fluxo de reporte de auditoria estabelecido (KPA 2.9) .....	25
Quadro 2: Verificação proposta 1.....	29
Quadro 3: Verificação proposta 2.....	29
Quadro 4: Verificação proposta 3.....	29
Quadro 5: Verificação proposta 4.....	30
Quadro 6: Verificação proposta 5.....	30
Quadro 7: Verificação proposta 6.....	31
Quadro 8: Verificação proposta 7.....	31
Quadro 9: Verificação proposta 8.....	32
Quadro 10: Verificação proposta 9.....	32
Quadro 11: Verificação proposta 10.....	32
Quadro 12: Verificação proposta 11.....	33
Quadro 13: Verificação proposta 12.....	33
Quadro 14: Verificação proposta 13.....	34
Quadro 15: Verificação proposta 14.....	34
Quadro 16: Verificação proposta 15.....	34
Quadro 17: Entrevista com o Auditor-Chefe .....	35
Figura 3: Mapa estratégico UnB.....	36
Figura 4: Mapa Audin da UnB .....	37
Gráfico 1: Resultado % das verificações de propostas .....	37

## 1. INTRODUÇÃO

Conforme previsto na Instrução Normativa SFC nº 3 de 06/2017 da Controladoria Geral da União (CGU), ficou estabelecido as diretrizes e os requisitos fundamentais de auditoria interna no âmbito do Poder Executivo Federal. Deliberado de acordo com a portaria da CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 2019 a utilização do IA-CM (*Internal Audit Capability Model*) elaborado pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), sendo assim, esse mecanismo elevou o grau nos processos de governança, gestão de riscos e controle interno.

A CGU é o órgão de controle interno do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas a defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de auditoria pública. Sendo que a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) exerce a supervisão técnica sobre o sistema de controle interno, apurando atos e fatos ilegais realizados com a utilização de recursos públicos federais.

Segundo a IN 3/2017, a auditoria interna governamental deve ser realizada de forma sistemática atuando em políticas públicas e contribuindo na melhoria das operações de uma organização. Por meio da prestação de serviços e assessorias, visando a avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

O *Internal Audit Capability Model for the Public Sector* (IA-CM) é um modelo universal, com o intuito estratégico de estruturar a melhoria nos processos da auditoria interna no setor público. Esse modelo foi desenvolvido pelo *The Institute of the Internal Auditor Foudation Research* (IIARF), sendo ele estruturado em uma matriz contendo 5 níveis de maturidade, 6 elementos de auditoria e 41 macroprocessos (KPA – *key process áreas*).

O lançamento do modelo aconteceu em 2009 e remodelado em 2017, ele tem o intuito de ilustrar os níveis e estágios pelos quais uma unidade de auditoria interna governamental pode evoluir a medida que define, implementa, mede, controla e melhora os seus processos e práticas. Sua lógica compreende uma estrutura em blocos encadeados, demonstrando a progressão dos macroprocessos-chaves a partir de uma UAIG menos madura, para uma com capacidades fortes, estruturadas e eficazes.

Desse modo, o modelo IA-CM se presta a ser:

- Uma ferramenta para avaliação e monitoramento da atividade de auditoria interna governamental;
- Uma ferramenta de planejamento estratégico;
- Um roteiro para o desenvolvimento de uma auditoria interna efetiva;
- Um conjunto de “melhores práticas” a serem observadas; e
- Um instrumento de promoção, comunicação e sensibilização sobre a auditoria interna aos tomadores de decisão.

Segundo a Instrução Normativa SFC nº 3/2017 o referencial técnico prevê a instituição e manutenção de um programa de gestão e melhoria da Qualidade (PGMQ) pelas unidades de Auditoria Interna Governamentais (UAIG). Sendo assim, deve contemplar toda a atividade de auditoria interna governamental, desde o seu gerenciamento até o monitoramento das recomendações emitidas.

A instituição do PGMQ tem como objetivo promover “uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e processos que proporcionam a entrega de produtos de alto valor agregado, atendendo as expectativas das partes interessadas”. Para cumprir a finalidade, a iniciativa deve prever avaliações internas e externas, orientadas a avaliar a qualidade dos trabalhos e promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna governamental.

Segundo a IN nº 5 de agosto de 2021 da CGU, que dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), essa instrução normativa tem o intuito de estabelecer a sistemática para planejamento, execução e apresentação de resultados das atividades das unidades auditadas. O PAINT, tem como finalidade definir os trabalhos prioritários a serem realizados no período, devendo conter:

- o planejamento estratégico e as expectativas da alta administração da unidade auditada e demais partes interessadas;
- os riscos significativos a que a unidade auditada está exposta e os seus processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos;
- a complexidade do negócio, a estrutura e outros fatores da unidade auditada;
- a estrutura e os recursos humanos, logísticos e financeiros disponíveis na unidade de auditoria interna governamental.

Conforme descrito na IN 5/2021 o RAINT deve abordar conteúdos que demonstrem a alocação efetiva da força de trabalho durante a vigência do PAINT, assim como, descrever fatos relevantes sobre a execução dos serviços de auditoria e a sua posição, informando sobre os resultados do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ.

### **1.1. Problema da Pesquisa**

Segundo a IN 3/2017, “a atividade de auditoria interna governamental tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseado sem risco”, sendo que os seus objetivos devem estar de acordo com as estratégias da Unidade Auditada.

Conforme os dados retirados do censo de educação superior divulgado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2019 no Brasil, de um universo de 2.608 instituições de ensino, 302 são de ensino superior público. Verifica-se que as pesquisas na área de auditoria interna voltadas para o modelo do IA-CM são incipientes, desta forma as Universidades públicas que têm na sua estrutura uma unidade de auditoria interna supervisionada pela CGU, devem buscar pesquisas que complementem as suas atividades.

Após ambientação apresentada e tendo como base a auditoria interna da UnB, fica constatado de que é necessário a aclimação aos novos processos de governança para que a instituição possa melhorar quanto a sua eficácia, gerenciamento e controle interno, ou seja, adicionando valor a gestão da entidade e dos seus propósitos.

Desse modo, este estudo busca entender: Qual é o nível de capacidade técnica da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB) à luz do indicador “Fluxo de reporte de auditoria estabelecido (KPA 2.9)” do *Internal Audit Capability Model (IA-CM)*?

A avaliação do nível de maturidade da auditoria interna é importante para seu aperfeiçoamento, uma vez que possibilita o desenvolvimento de uma estratégia, indicando um caminho para atingir uma função de auditoria mais eficiente em curto e em médio prazo (The World Bank & CONACI, 2016).

## **1.2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos**

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o nível de capacidade técnica da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB) à luz do indicador “Fluxo de reporte de auditoria estabelecido (KPA 2.9)” do Internal Audit Capability Model (IA-CM).

Os objetivos específicos são:

- a) Conhecer quais práticas e procedimentos do indicador “Fluxo de reporte de auditoria (KPA 2.9)” são exigidos pelo modelo IA-CM;
- b) Detectar quais práticas e procedimentos de auditoria do indicador “Fluxo de reporte de auditoria (KPA 2.9)” estão implementados na auditoria interna;
- c) Indicar quais práticas e procedimentos de auditoria do indicador “Fluxo de reporte de auditoria (KPA 2.9)” necessitam ser implementados na auditoria interna.

## **1.3. Justificativa da Pesquisa**

Essa pesquisa busca verificar e compreender a relação entre a Audin da UnB e o modelo IA-CM convencionado pela CGU, tendo a sapiência do que já está realizado de acordo com o modelo internacional e o que ainda necessita ser executado para que os processos das Audin fiquem em harmonia com o planejado.

Tendo os dados em conformidade com o modelo internacional, haverá um avanço na qualidade da informação a ser disponibilizada para os respectivos gestores das unidades auditadas, ou seja, eles terão informações qualificadas e relatórios coerentes com o padrão estabelecido. Além disso, uma governança eficiente em conformidade com os objetivos praticados na auditoria interna, e o seu resultado implicará em um ambiente universitário com melhores pesquisas e alunos mais qualificados.

Outro ponto a ser observado seria a potencialização do trabalho entregue pelos servidores, eles se sentiriam enaltecidos e prestariam um serviço de maior qualidade incluindo os auditores internos que participarão diretamente das mudanças e conseqüentemente o seu processo de trabalho torna-se mais eficiente, auxiliando no controle social da gestão da universidade.

A pesquisa é justificada pela carência de modernização do processo de auditoria interna da Universidade de Brasília, por parte da equipe de auditores internos. Neste trabalho tratando – se do indicador “Fluxo de reporte de auditoria estabelecido (KPA 2.9)” do modelo do *Internal Audit Capability Model* (IA-CM). Conforme proposto anteriormente o novo modelo tem o objetivo de aprimorar a qualidade da informação gerada pela AUDIN da UnB, sendo assim, a pesquisa realizada busca entender onde se encontra atualmente no modelo (IA-CM), para que os auditores internos explorem processos mais robustos em torno da qualidade da informação gerada para universidade, contribuindo de maneira fundamental para setor analisado na auditoria em questão.

#### **1.4. Estrutura da Pesquisa**

O trabalho está estruturado em 5 seções, iniciando-se pela introdução, onde é possível entender o contexto do trabalho, bem como o problema a ser questionado, os objetivos gerais e específicos e a justificativa. A fundamentação teórica aborda sobre o *International Audit – Capability Model* (IA-CM) e a auditoria interna na Universidade de Brasília. Apresenta-se ainda uma revisão da literatura de pesquisas anteriores.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a aplicação de um *checklist* do indicador analisado. A descrição e análise de dados se encontra na seção 4, seguido da conclusão do trabalho, referências e apêndice.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. Internal Audit Capability Model (IA-CM)**

O modelo IA-CM (*Internal Audit Capability Model*), foi elaborado pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA) e hoje é a ferramenta estratégica nacional com o objetivo de fortalecer a atividade de auditoria interna governamental no setor público, de modo a fornecer um plano linear, lógico e crescente para o seu desenvolvimento em consonância às necessidades do órgão e ao modelo profissional aplicado a atividade de auditoria interna.

O modelo IA-CM teve a sua origem por recomendação do Comitê do Setor Público do IIA (PSC), em 2004, sendo previsto a criação de um modelo de avaliação universal que reforçasse a notoriedade da auditoria interna aplicada na administração pública. O material foi desenvolvido e coordenado pelo *The Institute of Internal Auditors Foundation Research*

(IIARF), como o auxílio de especialistas de vários países e como a ajuda do Banco Mundial e do IIA.

O lançamento do modelo aconteceu em 2009 e foi atualizado em 2017. O IA-CM retrata os níveis e estágios pelos quais uma unidade de auditoria interna de um órgão pode progredir a medida que define, implementa, mede, controla, e melhora os seus processos e práticas. Sua ordenação acontece em blocos encadeados, demonstrando a progressão dos macroprocessos-chaves a partir de uma UAIG menos madura para uma com capacidades fortes, estruturadas e eficazes.

Desse modo, o modelo IA-CM se presta a ser:

- uma ferramenta para avaliação e monitoramento da atividade de auditoria interna governamental;
- Auxiliar no planejamento estratégico;
- Ser um guia no desenvolvimento de uma auditoria interna efetiva;
- Demonstrar as “melhores práticas” a serem seguidas; e
- Promover e comunicar tomadores de decisão sobre a auditoria interna.

O IA-CM busca atender as necessidades da organização e a sua estrutura visa a execução dessa atividade no âmbito público. Esse modelo estabelece as etapas para função de auditoria interna desenvolver-se em todos os estágios e níveis. O modelo auxilia na autoavaliação, capacitação e desenvolvimento de carreira. A premissa básica é que se o processo ou prática não pode ser repetido, ele não pode ser melhorado. (IIARF,2009)

Segundo o IIARF (2009), o IA-CM é: a) uma ferramenta de comunicação, porque comprova o que é uma auditoria interna eficaz e a sua importância para os tomadores de decisão; b) uma estrutura de avaliação, porque avalia a relação entre os padrões profissionais e a maturidade da auditoria interna relacionada com a prática; c) um roteiro para melhorar esta atividade de forma ordenada, pois define as etapas a serem seguidas para estabelecer e fortalecer a auditoria interna.

O principal objetivo do modelo IA-CM é aumentar a eficácia da atividade de auditoria interna no setor público em nível mundial e identificar os aspectos essenciais para o alcance

desse objetivo (IIARF, 2009). Esse modelo se constitui em uma ferramenta de autoavaliação e melhoria contínua para funções de auditoria interna do setor público (Rensburg, 2014).

A estrutura do IA-CM é composta por 3 (três) componentes principais, a saber: 5 (cinco) níveis de maturidade e progresso, 6 (seis) elementos de auditoria interna e 41 (quarenta e uma) áreas de processos-chave (*Key Process Areas* – KPAs) (IIARF, 2009). Cada nível de maturidade é composto por vários KPAs os quais estão associados aos 6 (seis) elementos. Os KPAs demonstram o que deve ser colocado em prática e sustentando para que a atividade de auditoria possa evoluir para o próximo estágio (IIARF, 2009).

No eixo vertical da “matriz de uma página” são apresentados os níveis de capacidade, com a maturidade da auditoria aumentando de baixo para cima. Os elementos são apresentados no eixo horizontal e os KPAs são identificados pelos blocos de construção para cada nível de cada elemento. A cor mais escura da matriz demonstra a influência que a auditoria interna tem sobre os elementos e identifica os KPAs em que a auditoria tem mais oportunidade de institucionalizá-los de forma independente (IIARF, 2009).

Assim, movendo-se da esquerda para a direita a capacidade da auditoria interna independentemente implementar os KPAs diminui. Da mesma forma, essa capacidade diminui à medida que os níveis de maturidade se deslocam para cima na matriz uma vez que tanto a organização quanto o ambiente externo tendem a aumentar a influência sobre o domínio dos KPAs nos níveis mais elevados (IIARF, 2009; Rensburg, 2014; Marinho, 2017).

De acordo com Macrae (2010), para cada atividade da auditoria foram identificadas e associadas níveis e meios para implementá-las, formando uma escala de maturidade onde os níveis de capacidade são progressivos.

Para visão geral do modelo IA-CM, o IIARF apresenta a “Matriz de uma página” (Figura 1).

Matriz de Modelo de Capacidade de Auditoria Interna						
	Serviços e Papel da AI	Gerenciamento de pessoas	Práticas profissionais	Gerenciamento do Desempenho e Accountability	Cultura e Relacionamento Organizacional	Estruturas de Governança
<b>Nível 5 – Otimizado</b>	AI reconhecido como agente-chave de mudança - KPA 5.1	Envolvimento da liderança com organizações profissionais - KPA 5.3	Melhoria Contínua de Práticas Profissionais - KPA 5.5	Resultado e valor alcançados para a organização- KPA 5.6	Relações efetivas e permanentes - KPA 5.7	Independência, poder e autoridade da Atividade de AI - KPA 5.8
		Projeção da força de trabalho - KPA 5.2	Planejamento estratégico da AI - KPA 5.4			
<b>Nível 4 – Gerenciado</b>	Avaliação geral sobre governança, gestão de riscos e controles - KPA 4.1	AI contribui para o desenvolvimento da gestão - KPA 4.4	Estratégia de auditoria alavanca a gestão de risco da organização - KPA 4.5	Integração de medidas de desempenhos qualitativas e quantitativas - KPA 4.6	CAI aconselha e influencia a mais Alta Gerência - KPA 4.7	Supervisão independente das Atividades de AI - KPA 4.8
		A Atividade de AI apoia classes profissionais - KPA 4.3				
		Planejamento da força de trabalho - KPA 4.2				
<b>Nível 3 – Integrado</b>	Serviços de consultoria - KPA 3.2	Criação de equipe e competência - KPA 3.5	Estrutura de gestão da qualidade - KPA 3.7	Medidas de desempenho - KPA 3.10	Coordenação com outros grupos de revisão - KPA 3.12	CAI Informa à Autoridade de Mais Alto Nível - KPA 3.15
	Auditorias de desempenho / value-for-money - KPA 3.1	Profissionais qualificados - KPA 3.4	Planos de auditoria baseados em riscos - KPA 3.6	Informações de custos - KPA 3.9	Componente essencial da equipe de gestão - KPA 3.11	Supervisão e apoio gerencial para a Atividade de AI - KPA 3.14
		Coordenação de força de trabalho - KPA 3.3		Relatórios de gestão de AI - KPA 3.8		Mecanismos de financiamento - KPA 3.13
<b>Nível 2 – Infraestrutura</b>	Auditoria de conformidade - KPA 2.1	Desenvolvimento profissional individual - KPA 2.3	Estrutura de práticas profissionais e de processos - KPA 2.5	Orçamento operacional de AI - KPA 2.7	Gerenciamento dentro da Atividade de AI - KPA 2.8	Acesso pleno às informações, aos ativos e às pessoas da organização - KPA 2.10
		Pessoas qualificadas identificadas e recrutadas - KPA 2.2	Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas- KPA 2.4	Plano de negócio de AI - KPA 2.6		Fluxo de reporte de auditoria estabelecido - KPA 2.9
<b>Nível 1 – Inicial</b>	<i>Ad hoc</i> não estruturada; auditorias isoladas ou revisão de documentos e transações com finalidade de aferir correção e conformidade; produtos dependem de habilidades específicas de indivíduos que estão ocupando as posições; ausência de práticas profissionais estabelecidas, além das fornecidas por associações profissionais; financiamento aprovado por gerência, quando necessário; falta de infraestrutura; auditores provavelmente são parte de uma unidade organizacional maior; nenhuma capacidade estabelecida; portanto, inexistência de macroprocessos-chave.					

Figura 1: Matriz de uma página

Fonte: Adaptada de The Institute of Internal Auditors Research Foundation (IIARF), (2009).

Fonte: Adaptada de The Institute of Internal Auditors Research Foundation (IIARF), (2009)

Contudo, cada estágio de capacidade corresponde a um conjunto de necessidades vitais, para o desenvolvimento de uma organização onde temos um ambiente mais profissional e efetivo. Portanto, cada nível forma a base para atividades eficazes de auditoria interna e o seu desenvolvimento, permitindo a implementação do próximo nível. (IIARF, 2009; Gils, 2012) Segundo o IIARF (2009), os 5 (cinco) níveis de capacidades de uma auditoria interna são:

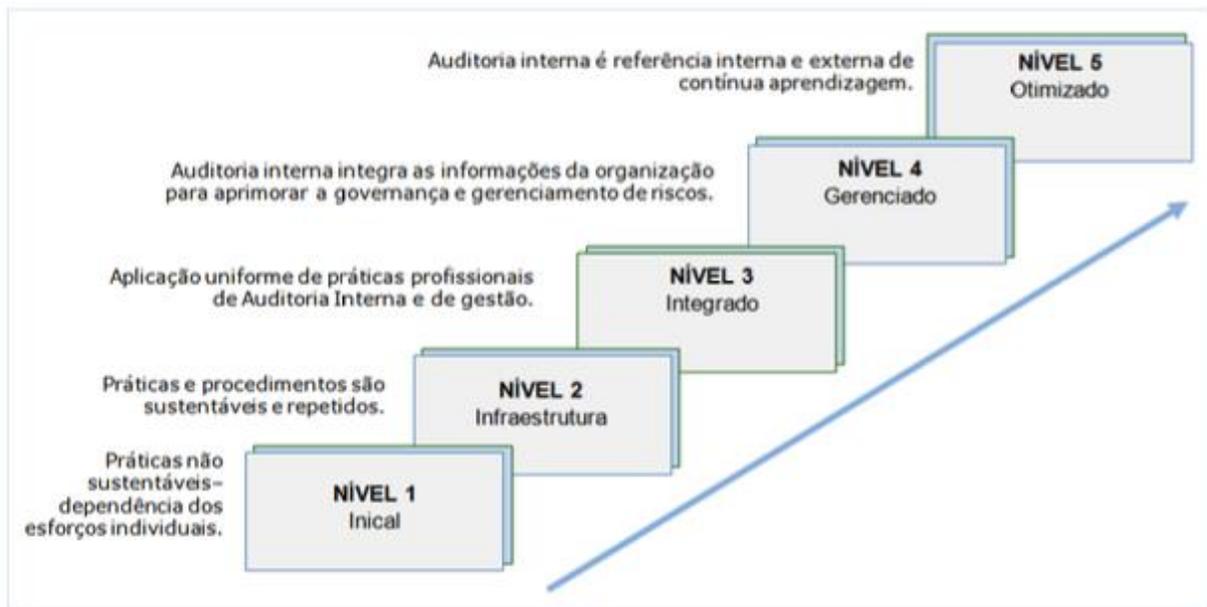


Figura 2: Níveis de capacidade

Fonte: Adaptada de *The Institute of Internal Auditors Research Foundation* (IIARF). (2009). P.7)

No Nível mais baixo o “inicial”, a auditoria não está organizada, ou seja, depende dos esforços e iniciativas dos indivíduos. Não existem padrões profissionais estabelecidos e falta infraestrutura. As ferramentas e procedimentos de auditoria são *ad hoc* (não estruturadas), não são documentadas. Como resultado, a atividade de auditoria interna é insustentável (IIARF, 2009; Gils, 2012; Rensburg, 2014).

No segundo nível, a infraestrutura da administração e de gestão estão um pouco mais organizadas, significa que dentro da organização ficou estabelecido políticas, autoridade e responsabilidade no programa da auditoria interna. Sendo assim, a auditoria começa a filtrar e convocar pessoas com aptidão e qualificação necessárias para o trabalho de auditoria, contudo, ainda, não ficou definido um plano de desenvolvimento profissional. Começamos a visualizar procedimentos e práticas documentados em conformidade com as normas. E o principal desafio

deste nível, é estabelecer e manter processos e procedimentos repetíveis e, portanto, ser sustentável (IIARF, 2009; Gils, 2012).

No estágio “Integrado”, o programa de auditoria deu importância para a independência, capacidade, profissionalismo e objetividade dos auditores. Já a gestão e as práticas profissionais de auditoria estão bem estabelecidas e aplicadas uniformemente. A auditoria está composta por profissionais qualificados e há um plano de desenvolvimento profissional. A auditoria começa a estar em acordo com os negócios e com os riscos enfrentados pela organização (IIARF, 2009; Gils, 2012).

No nível “Gerenciado”, a atividade de auditoria é administrado de forma quantitativa e qualitativa, por meio de indicadores de desempenho que são utilizadas para acompanhar os processos e seus resultados. Neste estágio, as expectativas da função de auditoria estão alinhadas às das principais partes interessadas (IIARF, 2009; Gils, 2012; Rensburg, 2014).

No último nível o “Otimizado”, seu foco está na evolução e no aperfeiçoamento. A estrutura de governança é totalmente desenvolvida, sendo que a auditoria interna faz parte dessa estrutura. A auditoria é independente, possui poder, autoridade e é composta por profissionais com habilidade, altamente competentes e especializados, os quais exercem papel de líderes-chave na instituição. Seu programa contribui, efetivamente, para a organização (IIARF, 2009; Gils, 2012).

Quanto aos elementos de auditoria interna, segundo o IIARF (2009) são 6 (seis), sendo que os 4 (quatro) primeiros dizem respeito ao gerenciamento e aspectos internos da auditoria, e os outros 2 (dois) estão relacionados com a organização e os ambientes interno e externo da atividade de auditoria interna. São eles:

- Serviços e Função da Auditoria Interna;
- Gerenciamento de Pessoas;
- Práticas Profissionais;
- Gestão de desempenho e prestação de contas;
- Relacionamento e cultura organizacional, e;
- Estruturas de governança.

Sendo eles a expressão de um elemento em um único nível os KPAs, detectam o que deve ser executado e firmado nesse nível, para que a atividade de auditoria interna tenha capacidade de saltar para o próximo nível. Os KPAs têm a sua composição em resultados, atividades, práticas institucionalizadas e objetivo. As atividades essenciais dos respectivos KPAs devem estar presentes e internalizadas na cultura da organização, para que a mesma atinja um determinado nível de capacidade. (IIARF, 2009)

## **2.2. Auditoria Interna em Universidades Federais**

A auditoria interna aplicada ao setor privado mostra o aumento no aperfeiçoamento interno e no controle de gestão das empresas, a sua influência chegou a iniciativa pública onde a repartição pública vem adotando medidas similares. Nesse sentido, a auditoria interna mostra-se como uma grande aliada do gestor público na condução da entidade (Marçola, 2011).

O resultado do censo de educação superior divulgado em 2019 pelo INEP, aponta que das 302 instituições de ensino público superior regular no Brasil, 110 são Universidades Federais. E tendo atenção a “Meta 13” levantada pelo PNE (Plano Nacional de Educação), onde foi abordado elevar o nível da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício, no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores, essas e outras metas impactam diretamente na qualidade do serviço prestado pelos servidores.

Na Administração pública, a auditoria interna tem como objetivo a eficácia, o controle patrimonial, integridade e examinar as informações contábeis financeiras pertinentes. Segundo Rodrigues (2017), a Auditoria no Setor Público deve atuar com o intuito de aprimorar os processos de gestão e transparência por meio da prestação de contas de modo preventivo e proativo, e não com viés punitivo.

A função da auditoria interna nas universidades não se limita apenas em apresentar ao administrador informações para sua tomada de decisão, ou seja, cuida para que a população consiga de fato ter a posse do conhecimento e acompanhar o desenvolvimento do serviço prestado na administração pública, bem como as finanças daquela entidade. (RODRIGUES, 2017)

É requerido dos profissionais que integram a equipe de auditoria interna, uma análise técnica com o foco na gestão, isto é, não se resumem apenas a conferência de documentos,

deve-se alimentar as informações para que virem indicadores e auxiliem os gestores em suas tomadas de decisões. (RODRIGUES, 2017)

### **2.3. Pesquisas Anteriores**

Com o propósito de computar o nível de capacidade técnica das auditorias internas em determinados países MacRae e Gils (2014), realizaram uma pesquisa em 107 países e com mais de 13.500 profissionais de auditoria, tendo como base o questionário aplicado pelo IIARF. Esse estudo procurou responder quais são as capacidades mais desenvolvidas das atividades de auditoria interna do setor público, as principais diferenças regionais e quais setores necessitam de mais desenvolvimento.

O estudo demonstrou alguns resultados como: os níveis muito abaixo do esperado, sendo que os maioria dos países ficou no nível 1 (Inicial) e 2 (Infraestrutura) de acordo com o modelo do IA-CM, outro fator observado foi de que a grande parte dos países entrevistados melhor desenvolveu o elemento “práticas profissionais” e necessitam implementar melhores práticas de governança. O destaque maior foi dos Estados Unidos e Canadá, onde as atividades praticadas pela auditoria interna aparentavam ser mais desenvolvidas comparada a outras regiões.

Marinho (2017) procurou estimar o nível da capacidade técnica da atividade de auditoria interna na Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) da CGU, e constatou por meio de revisão documental que a auditoria interna da SFC não alcançou o nível 2 do modelo do IA-CM, dentre alguns pontos levantados para que Secretaria alcançasse somente este nível, foi a baixa uniformização dos processos e debilidade no planejamento interno.

Desta pesquisa ficou constatado que os KPAs não foram executados na SFC e nem mesmo implementados internamente, pois conforme modelo proposto pelo IA-CM para subir de nível é necessário dominar os KPAs institucionalizá-los.

Em razão da importância da auditoria interna na governança das Universidades Federais, foram aplicadas pesquisas com o intuito de verificar o nível de capacidade técnica da auditoria interna na Universidade de Brasília em conformidade com o modelo do IA-CM. Conforme Erisvaldo Alves, foi utilizado o KPA 2.3 – Desenvolvimento Profissional Individual

do IA-CM, sendo realizada a apuração do *checklist* conforme modelo da CGU com dois auditores internos com o auditor-chefe da Universidade de Brasília, com o intuito de verificar a institucionalização das atividades e bem assim como, confirmar o enquadramento da Auditoria Interna no nível 2 do modelo IA-CM e sendo utilizado também a análise documental prevista no momento da pesquisa. Foram apurados alguns resultados significativos, como a necessidade do aprimoramento do desenvolvimento profissional da equipe de auditores. Não obstante esse resultado, alguns pontos podem ser destacados como positivos, tais como: a intenção declarada formalmente em se alcançar o nível 2 de capacidade, a existência de norma com previsão do número de horas de cursos e treinamentos a serem realizados por cada auditor, e o planejamento desses cursos e treinamentos baseados no perfil e na área de atuação dos auditores. De qualquer maneira, a Auditoria Interna da UnB, à luz do KPA 2.3 do IA-CM, não conseguiu alcançar o nível 2 de capacidade. (Alves, 2020)

Seguindo em busca por melhoria nos processos da AI da Universidade de Brasília, foi designado para o autor Allan Domingues buscar entender o nível de maturidade a luz do indicador (KPA 2.4) “Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas”. Utilizando-se de entrevistas e análise de processos e documentos, ficou claro que até o momento atual não havia orientação e procedimentos operacionais para identificação e documentação do universo da auditoria, porém, pode ser implementado por meio da aprovação do Manual da Auditoria Interna da UnB. Contudo o estudo demonstrou uma evolução do PAINT 2019 para o PAINT 2020 e foi observado um grande anseio por parte da equipe da Auditoria Interna avançar na entrega dos trabalhos e aperfeiçoar a sua entrega. (Domingues,2020)

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Segundo Silva (2017), a metodologia descritiva tem o propósito fundamental de descrever as características de determinada população ou fenômeno. Sendo essa a que foi utilizada neste trabalho, foi analisado se as estratégias adotadas pela AUDIN da UnB estão em conformidade com as prioridades da gestão.

No que diz respeito aos métodos adotados, o trabalho apresentado é documental, pois segundo Beuren (2014), converte a informação bruta, dando-lhe valor.

### **3.1. Detalhamento do Indicador “Fluxo de reporte de auditoria estabelecido (KPA 2.9)” do IA-CM**

De acordo com o IIARF (2009), o IA- CM é um modelo universal em torno de princípios e práticas que visam atender as necessidades de uma boa governança e as expectativas da organização. O modelo é dividido em 5 níveis, o trabalho que está sendo abordado tem o enfoque no nível 2, com base no indicador (KPA 2.9), sendo o seu objetivo principal avaliar como funciona os canais de reporte funcional e administrativo estabelecidos.

O nível 2 (Infraestrutura) tem como objetivo estabelecer e manter os processos em conformidade ao que foi planejado, ou outros que disciplinam a conduta de determinada área ou determinado processo ou sistema que esteja sujeito à auditoria (IIARF, 2009). Além disso, é previsto que a auditoria interna da instituição desenvolva alguns trabalhos fundamentais, como: a manutenção de políticas e processos documentados sempre em conformidade com as práticas e padrões de auditoria e a institucionalização de canais formais de reporte administrativo e funcional.

Para que a AI possa avançar para o próximo nível é necessário que algumas normas e processos já estejam implementados e institucionalizados integralmente conforme modelo apresentado pelo IIA. Sendo assim, no KPA 2.9 a auditoria interna necessita estar em acordo com o apresentado no parágrafo anterior.

### **3.2. Aplicação de Checklist do Indicador “Fluxo de reporte de auditoria estabelecido (KPA 2.9)” na Auditoria Interna da UnB**

Foi realizada uma entrevista com a equipe de auditoria da Universidade de Brasília, a fim de obter evidências sobre a institucionalização do KPA 2.9 e verificar se os planos de auditoria são baseados nas prioridades da gestão e das partes interessadas. O *checklist* aplicado na entrevista teve como foco o entendimento dos processos, normas e mudanças que precisam realizadas e institucionalizadas na Audin da UnB.

As seguintes questões foram abordadas nas entrevistas com os auditores internos:

1. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI estabelecem as relações

de reporte administrativo e funcional da UAIG em níveis adequados?

2. As práticas e os processos de auditoria da UAIG estão alinhados ao estatuto ou a outro documento que defina formalmente o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI?
3. A declaração de missão e/ou de visão para a atividade de AI está alinhada com os objetivos da organização?
4. O CAI tem se reportado administrativa e funcionalmente em nível adequado na organização?

**Quadro 1: Fluxo de reporte de auditoria estabelecido (KPA 2.9)**

Atividades Essenciais	Existência	
	Verificações Propostas	Possíveis evidências
2. Elaborar um estatuto ou outro documento que defina formalmente o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de AI.	1. A UAIG possui estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais a serem observados pela atividade de AI?	-Estatuto, legislação ou regulamento de auditoria vigente, que estabeleça, entre outros: <b>a)</b> definição clara do propósito, da autoridade e da responsabilidade da atividade de AI; <b>b)</b> padrões profissionais a serem observados; <b>c)</b> base para supervisão da atividade de auditoria interna quanto ao gerenciamento e aos resultados alcançados.
3. Certificar-se de que a alta administração e/ou o conselho, se aplicável, aprovem formalmente o estatuto.	1. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI foi formalmente aprovado pela alta administração e/ou pelo conselho?	- Estatuto ou regulamento de auditoria vigente e aprovado pela alta administração e/ou pelo conselho. - Legislação institutiva vigente.
4. Adotar uma declaração de missão e/ou visão para a atividade de AI.	1. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI estabelece missão e/ou visão da UAIG?	- Estatuto ou regulamento de auditoria vigente. - Legislação institutiva vigente. - Mapa estratégico ou outro documento que declare missão e/ou visão para a atividade de AI. - Planejamento estratégico da organização onde está inserida a UAIG.
5. Informar o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de AI para toda a organização.	1. A UAIG comunica o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de AI para toda a organização?	- Processos e mecanismos de informação e de comunicação estabelecidos. - Realização ou participação em seminários, palestras, fóruns ou outros eventos da organização. -Ações de treinamento, capacitação e sensibilização realizadas. -Plano de comunicação da UAIG.
6. Certificar-se de que o CAI se reporta administrativa e funcionalmente ao nível da organização, o que permite que as atividades de AI atendam às suas responsabilidades.	1.O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI estabelecem as relações de reporte administrativo e funcional da UAIG em níveis adequados?	-Estatuto ou regulamento de auditoria vigente estabelecendo as relações de reporte administrativo e funcional em níveis adequados. -Legislação institutiva vigente.
7. Revisar e atualizar o estatuto regularmente e obter aprovação da alta administração ou do conselho.	1. Há previsão de processo de revisão e de atualização, periódica ou à medida da necessidade, do estatuto ou do regulamento da atividade de AI, incluindo aprovação da alta administração e/ou do conselho?	-Políticas organizacionais, normas ou procedimentos que tratam sobre o processo de revisão/atualização do estatuto/regulamento de auditoria e sobre as respectivas instâncias de aprovação.

Fonte: Modelo IA\_CM (CGU, 2017)

O quadro 1 faz referência ao KPA 2.9, sendo que este roteiro foi em conjunto com a CGU, Auditoria Interna do SERPRO, Controladoria-Geral do Distrito Federal e posteriormente o CONACI. Esse roteiro trás consigo verificações e possíveis evidências para cada um dos requisitos, a partir dos critérios inseridos é possível realizar avaliações.

Em sua primeira coluna que demonstra as informações a serem buscadas, ou seja, possíveis verificações de propostas em que a AI em seu âmbito deve estar atenta e seguir à risca o modelo proposto pelo IA-CM. Á partir dessa coluna é possível identificar as atividades essenciais a cerca desse KPA.

Na coluna de verificações de propostas pode ser observado um *checklist* que faz alusão as perguntas em que a AI deve ser submetida para que assim, seja possível realizar uma breve análise da situação prática desse órgão.

Em seguida temos o quadro de possíveis evidências, ou seja, o órgão tem uma previsão a ser realizada, uma estrutura e conseqüentemente busca entender se está sendo de fato institucionalizado continuamente.

## **4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

### **4.1. A Auditoria Interna da UnB**

A Auditoria Interna (AUD) foi criada em 14 de abril de 1986, por meio da Resolução do Conselho Diretor nº 021/86, sendo responsável pelo assessoramento do Conselho de Administração (CAD) a Auditoria Interna (AUD) da Universidade de Brasília é o órgão que tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional da UnB.

Vale ressaltar que a Audin da UnB se reporta ao(à) Presidente do Conselho de Administração e Reitor(a) da UnB, demonstrando assim que a Audin é uma atividade independente e objetiva de consultoria e de avaliação, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Conforme previsto no art. 4º do Regimento Interno, a Audin tem como finalidade assegurar:

- I - A regularidade e a racionalidade progressiva da administração de pessoas, orçamentária, financeira e patrimonial da UnB;
- II - A adequação e a regularidade das contas, bem como a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios de legalidade e economicidade;
- III - Os subsídios necessários aos órgãos responsáveis pelas ações de administração de pessoas e recursos materiais, planejamento, orçamento e programação financeira da UnB, de forma a possibilitar-lhes o progressivo aperfeiçoamento das atividades; e
- IV - O cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles de gestão de pessoas e de recursos materiais e dos controles contábeis, financeiros e patrimoniais da UnB.

Já o Art. 5º do próprio Regimento Interno traz consigo a estrutura da organização e gestão da Audin, sendo ela constituída pelos seguintes membros:

- I - Auditor-Chefe – indicado pelo reitor(a) da universidade, formado e habilitado, apreciado pelo CA;
- II - Auditor-Chefe Adjunto – substitui o Auditor-chefe quando impedido e é designado pelo reitor(a);
- III - Equipe Técnica de Auditoria – composta por servidores públicos, na forma da lei;
- IV – Secretária Administração

Dentre as descrições previstas no Regimento Interno, compete á Auditoria Interna:

- I – Avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria do processo de gerenciamento de riscos e integridade da UnB;
- II – Coordenar as atividades e a comunicação das informações entre os auditores externos e internos e a Administração Superior da UnB;
- III - Fornecer subsídios, com análise das informações, para a elaboração do relatório anual de gestão da UnB e demais documentos de prestação de contas;
- IV– Instituir Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), o qual deve prever avaliações internas e externas, orientadas para a avaliação da qualidade e a identificação de oportunidades de melhoria das atividades da Auditoria Interna da UnB;

V – Elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), de forma a identificar, de maneira técnica, os trabalhos a serem realizados prioritariamente no exercício seguinte ao de sua elaboração, considerando as estratégias, os objetivos, as prioridades e as metas da Universidade de Brasília, os riscos a que os seus processos estejam sujeitos e as expectativas da Alta Administração da UnB;

VI – Elaborar o Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT), de forma a apresentar os resultados dos trabalhos de auditoria interna e os trabalhos técnicos realizados no exercício anterior, assim como outras informações definidas em normas aplicáveis à atividade de auditoria interna.

#### **4.2. Análise descritiva dos dados**

Este trabalho que foi realizado consiste em analisar o KPA 2.9 do modelo IA-CM, com relação ao Fluxo de reporte de auditoria estabelecido, da Universidade de Brasília, que segundo o Regimento Interno da Auditoria Interna da UnB e aprovado pela Resolução do Conselho de Administração da UnB no 0021/2019, é uma de suas competências.

Para o estudo e confirmação da institucionalização das práticas estabelecidas pelo IA-CM foram verificados os Plano de Anual de Auditoria Interna dos anos de 2019 e 2021, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Auditoria Interna da Universidade de Brasília 2020 - 2022, o Relatório Anual de Auditoria Interna de 2020 e o Regimento Interno da Auditoria Interna, que foi aprovado pela Resolução do Conselho de Administração nº 0021/2019.

O KPA 2.9 tem 1 objetivo e 7 atividades essenciais que a organização necessita estabelecer para que se possa verificar se o KPA foi institucionalizado e dominado pela organização. O objetivo do KPA 2.9 do IA-CM é “Estabelecer canais formais de reporte (administrativo e funcional) para a atividade de AI”.

O modelo traz consigo uma série de atividades essenciais, contendo possíveis evidências e verificações de propostas, em outras palavras, demonstra tudo aquilo que o órgão executa referente as demais atividades, tais como: norma, política, diretriz, orientação, entre outros.

A pesquisa documental buscou detectar as ações, políticas e diretrizes dispostas em documentos online pertinentes a Auditoria Interna da UnB, sendo que essas serão apresentas a seguir.

Verificações da pesquisa documental:

**Quadro 2: Verificação proposta 1**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em parte</b>
A UAIG possui estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais a serem observados pela atividade de AI?	X		

A Audin da UnB possui Regimento Interno aprovado pelo conselho de administração nº 00021/2019, onde em seus artigos e capítulos oferecem um norte ao propósito organizacional frente as suas atividades e responsabilidades.

**Quadro 3: Verificação proposta 2**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em parte</b>
O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI foi formalmente aprovado pela alta administração e/ou pelo conselho?	X		

Conselho de Administração nº 0021/2019 aprovou o Regimento Interno e definiu o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna no âmbito da Universidade de Brasília. No mesmo entendimento, conforme aprovado pelo Conselho de Administração nº 0004/2019 e publicado no Boletim de Atos Oficiais da UnB em 25/03/2019, em seu Art. 3º fica estipulado a instituição do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade com caráter deliberativo na formulação e implementação de políticas, estratégias e planos de ação voltados para a governança, gestão de riscos, controles internos e integridade e na promoção da avaliação, do direcionamento e do monitoramento.

**Quadro 4: Verificação proposta 3**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em parte</b>
O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI estabelece missão e/ou visão da UAIG?	X		

Conforme o Plano de Auditoria Interna de 2021 elaborado de acordo com as disposições da Instrução normativa da Controladoria Geral da União – IN/CGU nº 09, de 09 de outubro de

2018, fica evidenciado em seu tópico 3 a missão, visão e valores Auditoria Interna da Universidade de Brasília, que está também em conformidade com mapa estratégico traçado pelo DPO (Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional) 2018-2022

#### Quadro 5: Verificação proposta 4

	Sim	Não	Em parte
A UAIG comunica o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de AI para toda a organização?	X		

Conforme Art. 6º inciso XII, do Regimento Interno da Audin da UnB, deve-se comunicar bimestralmente o desempenho da atividade de auditoria interna à Administração Superior da UnB e anualmente ao Conselho de Administração; seguindo o ato da Auditoria Interna nº 02/2021 fica aprovado e divulgado os relatórios de auditoria dos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Observe-se também os atos e normativos publicados no site da Audin da UnB, oferecendo ainda mais transparência e a institucionalização de práticas e atividades desempenhadas.

#### Quadro 6: Verificação proposta 5

	Sim	Não	Em parte
O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI estabelecem as relações de reporte administrativo e funcional da UAIG em níveis adequados?			X

Tendo em vista a Resolução do Conselho de Administração nº 0021/2019 que aprovou o Regimento Interno, ao que indica o Art. 6º inciso VIII, compete a Audin da UnB coordenar as atividades e a comunicação das informações entre os auditores externos e internos e a Administração Superior da UnB. Porém, de acordo com o (PDP–AUD 2020-2022) da Universidade de Brasília, foi realizado um levantamento das necessidades de capacitação entre os servidores da AI e foi sugerido cuidados a serem observados em um processo de “Follow-Up” comunicações de Auditoria - melhores práticas, valorizando a comunicação e comunicando resultados às partes interessadas.

### Quadro 7: Verificação proposta 6

	Sim	Não	Em parte
Há previsão de processo de revisão e de atualização, periódica ou à medida da necessidade, do estatuto ou do regulamento da atividade de AI, incluindo aprovação da alta administração e/ou do conselho?	X		

A Auditoria Interna (AUD) da Universidade de Brasília apresenta sua estrutura organizacional atualizada, conforme prevista na Resolução CAD nº 21/2019, que aprovou o Regimento Interno da unidade de auditoria. Tal atualização ocorreu mediante Ato da Reitoria nº 749/2020, de 3 de julho de 2020.

Conforme Ato 03/2019 da Auditoria Interna, que aprova a revisão do Planejamento estratégico da (AUD) para o período 2019-2022 em função de ações de capacitação e consequentemente eficácia e qualidade requeridas nos trabalhos de auditoria.

### Quadro 8: Verificação proposta 7

	Sim	Não	Em parte
As práticas e os processos de auditoria da UAIG estão alinhados ao estatuto ou a outro documento que defina formalmente o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI?			X

Dentre o planejamento estratégico da AUD em 2019, ficou previsto o desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados para gestão dos processos da AUD, ainda não implementado por completo, a expectativa é de que o sistema informatizado permitirá maior detalhamento das recomendações de cada ação de controle, alinhado ao conhecimento do ambiente da unidade auditada, inclusive processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos, o que propiciará maior segurança e eficiência.

O PAINT 2021, está alinhado a política de riscos da UnB e aprovada pela Resolução do Conselho de Administração nº 04/2019, sempre em busca do alinhamento da gestão de riscos ao planejamento institucional.

### Quadro 9: Verificação proposta 8

	Sim	Não	Em parte
Os gestores e os auditores da UAIG conhecem e são constantemente capacitados em relação ao propósito, à autoridade, à responsabilidade e aos padrões profissionais da atividade de AI?	X		

Conforme Ato da Auditoria Interna no 03/2019, que aprovou a revisão do Planejamento Estratégico da Auditoria Interna (AUD) para o período de 2019-2022. Ficou definido ações de capacitação para os servidores membros da (AUD), tais práticas serão realizadas conforme temas estabelecidos no Plano Anual de Capacitação, sendo priorizadas as seguintes áreas de Auditoria: planejamento de auditoria; técnicas de redação em documentos de auditoria; avaliação de riscos; matriz de risco e de responsabilidade; avaliação de controles internos; avaliação de governança, e conhecimento de integridade.

Foi definido uma quantidade de horas, para que os servidores pudessem se capacitar, sendo que ficou estipulado 720hs para um total de 12 servidores realizando uma média de 7 capacitações de 10 horas. Do total de horas capacitação, 600 horas de capacitação referem-se aos auditores responsáveis pelos trabalhos de auditoria e trabalhos de consultoria.

### Quadro 10: Verificação proposta 9

	Sim	Não	Em parte
O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI está vigente e é efetivamente observado?	X		

No dia 25/03/2021 em referência a 402º Reunião do CAD - Conselho De Administração da Universidade de Brasília, foi aprovado o PAINTE Plano de Auditoria Interna para 2021 e o RAINTE -Relatório de Auditoria Interna de 2020. Sendo que, ao início de cada ano a Audin da UnB tem que prestar contas das suas respectivas atividades ao CAD, além de apresentar o planejamento de seus trabalhos para o exercício que se inicia.

### Quadro 11: Verificação proposta 10

	Sim	Não	Em parte
A declaração missão e/ou de visão para a atividade de AI está alinhada com os objetivos da organização?			X

O PAINT 2021 buscou estar alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade de Brasília, períodos de 2018 a 2022. Essa convergência permitiria traçar um mapa estratégico que é representado sob três perspectivas: desenvolvimento institucional, foco na atuação e sociedade. O mapa ilustra de forma eficaz como cada área contribuirá para o alcance da missão e da visão.

#### Quadro 12: Verificação proposta 11

	Sim	Não	Em parte
A alta administração, os gestores, o corpo funcional e os colaboradores da organização em que a UAIG atua conhecem o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de AI?	X		

De acordo com o PAINT 2021 serão incrementadas paralelamente ações internas para que os servidores da AUD agreguem maior conhecimento sobre a estrutura organizacional da UnB, buscando internalizar processos de autodesenvolvimento, notadamente em relação à atualização de legislação e normativos inerentes às ações de auditoria previstas no presente plano.

Conforme competência apresentada no PDP (2020-2022), são oferecidas ações de capacitação com maior aderência as diretrizes institucionais, sendo priorizadas as seguintes ações: matriz de risco e responsabilidade, avaliação de controles internos, avaliação de governança e conhecimento de integridade.

Tendo em vista o Ato da Auditoria Interna nº 03/2019, em que visa desenvolver competências nos trabalhos de auditoria. Isso demonstra a possibilidade de o servidor desenvolver competências e adquirir conhecimentos específicos necessários para executar a função com eficácia e qualidade.

#### Quadro 13: Verificação proposta 12

	Sim	Não	Em parte
O CAI tem se reportado administrativa e funcionalmente em nível adequado na organização?		X	

Não foram encontrados documentos que identificassem com maior precisão a resposta para tal interrogação, foram analisados normas, diretrizes e orientações.

**Quadro 14: Verificação proposta 13**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em parte</b>
O nível de reporte estabelecido tem permitido que a UAIG realize seu trabalho de forma independente?	X		

Conforme descrito no RAINT 2020 e aprovado na Resolução do Conselho de Administração nº 0021/2019, ficou definido o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna no âmbito da Universidade de Brasília. Sendo isso, um marco para o fortalecimento da independência das atividades de auditoria na UnB. Bem assim como, aprovado em março/2021 ato 001/2021 da Auditoria Interna onde estabelece as competências do(a) Auditor(a)-Chefe e Auditor(a)-Chefe Adjunto(a) da Unidade de Auditoria Interna (AUD) da Universidade de Brasília, fica previsto conforme Art. 1º inciso XIV - aprovar ou rejeitar, de maneira motivada, os documentos produzidos pela equipe de auditoria, com base nos critérios de suficiência e consistência

**Quadro 15: Verificação proposta 14**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em parte</b>
O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI é atualizado periodicamente ou sempre que necessário?	X		

Sim, como as diversas resoluções a atos aprovados desde 2019 até meados de 2021, reafirmam a frequente atualização dos padrões profissionais da AI. Pode-se citar a Resolução da Auditoria Interna nº 3/2021 onde estabelece prioridades para implementação do PGMQ para o ano de 2021, outra resolução foi a nº 6/2021 que criou a comissão de levantamento e boas práticas sobre a avaliação de controles e riscos.

**Quadro 16: Verificação proposta 15**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em parte</b>
O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI vigente está atualizado?	X		

Sim. Conforme aprovado na 402ª Reunião do CAD (Conselho De Administração da Universidade de Brasília) em 25/03/2021, o PAINT - Plano de Auditoria Interna para 2021 e o RAINT -Relatório de Auditoria Interna de 2020. A título de exemplo temos também o Plano de

Desenvolvimento de Pessoas da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (2020 – 2022), bem assim como a Resolução do Conselho de Administração nº 0021/2019 aprovando o regimento interno.

Sendo que, todo início de ano a Auditoria Interna tem por obrigação prestar contas da suas respectivas atividades e trabalhos para o CAD, além disso, apresentar metas e planejamentos para o próximo exercício.

No quadro abaixo estão as perguntas, respostas e os resultados referentes a entrevista realizada com o Auditor-Chefe da Universidade de Brasília.

#### **Quadro 17: Entrevista com o Auditor-Chefe**

Verificações Propostas – Existência	Sim	Não	Observações
1. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI estabelecem as relações de reporte administrativo e funcional da UAIG em níveis adequados?	X		
2.As práticas e os processos de auditoria da UAIG estão alinhados ao estatuto ou a outro documento que defina formalmente o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI?	X		
3.A declaração de missão e/ou de visão para a atividade de AI está alinhada com os objetivos da organização?	X		
4.O CAI tem se reportado administrativa e funcionalmente em nível adequado na organização?	X		

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme análise das respostas do Auditor-Chefe, verifica-se:

Segundo o Auditor-Chefe, todas as competências e os papéis da AI estão previstos no próprio Regimento Interno conforme aprovado pelo Conselho de Administração da UnB nº 0021/2019. De forma macro, conforme previsto no Art. 6º inciso XII do Regimento Interno da Audin da UnB, é comunicado bimestralmente o desempenho das atividades de auditoria interna à Administração Superior da UnB e anualmente ao Conselho de Administração e essa parte está muito bem definida. Porém, vale ressaltar que tais atos ainda não são suficientes, ou seja, cabe a Auditoria Interna por meio de normas estabelecer melhor os fluxos operacionais, sendo que

esses ainda não estão formalmente documentados, sendo necessário ser incluídos no Manual Operacional da Auditoria Interna.

Conforme entrevista com o Auditor-Chefe, ficou claro que as práticas e os processos estão alinhados ao Regimento Interno, sendo assim, é possível citar três documentos que descrevem as responsabilidades e padrões da atividade da AI, são eles: o próprio regimento interno, Ato da Auditoria Interna nº 1/2021 que estabelece as competências do(a) Auditor(a)-Chefe e Auditor(a)-Chefe Adjunto da Unidade de Auditoria Interna (AUD) e os Atos da Auditoria Interna nº (9/2020 – 10/2020 – 11/2020) que constituiriam grupos de trabalho para definir as competências da coordenação de Execução, Consultoria e Avaliação de controle de riscos da Auditoria Interna.

A missão e visão da Audin da UnB está totalmente alinhada com as diretrizes da Universidade de Brasília. Conforme as imagens a seguir, fica ainda mais nítido que o conjunto de medidas institucionalizadas de pela AI da UnB com o intuito de prevenir, detectar e remediar atos de corrupção em apoio a boa governança estão em consonância também com as diretrizes da CGU.



Figura 3: Mapa estratégico UnB



Figura 4: Mapa Audin da UnB

O Auditor-Chefe afirma positivamente em sua entrevista que o reporte do CAI está previsto no Regimento Interno quanto em sua prática operacional.

Seguindo o universo de verificações de propostas analisadas por meio documental e entrevista online, fica evidenciado no gráfico abaixo o resultado da pesquisa e o nível satisfatório das práticas adotadas pela Audin da UnB a luz do KPA 2.9 sendo que, foi registrado um percentual de 93,33% de aceitação do *checklist* proposto e 6,66% de uma proposta que necessita de ajustes de trabalho para atender ao modelo por completo.

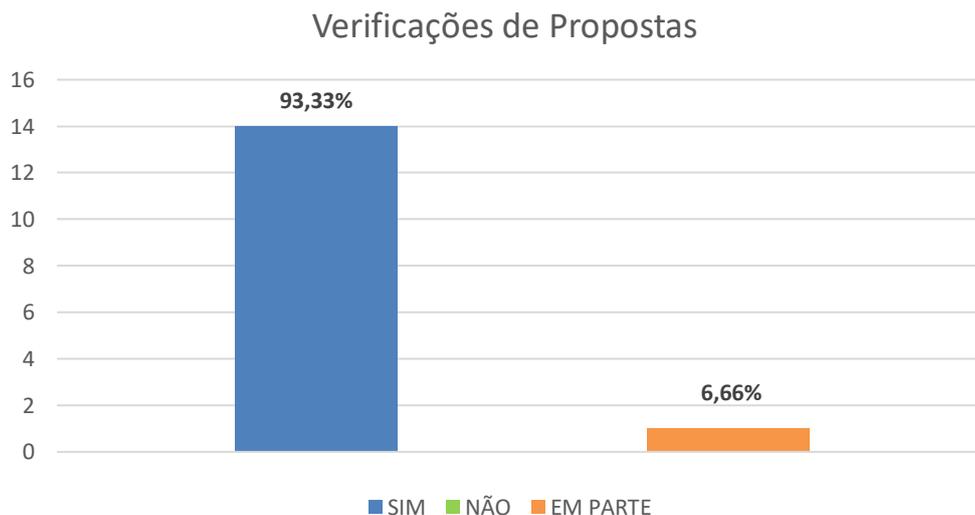


Gráfico 1: Resultado % das verificações de propostas

Segundo o IIA (2009), à luz do IA-CM, para que se possa ser considerado um KPA dominado, é necessário que a AI atue em trabalhos em conformidade com as atividades previstas no KPA. Além disso, a auditoria interna deve estar atenta a prática da institucionalização e isso se dá à medida que vai incorporando as atividades essenciais associadas a ele na cultura da auditoria interna. Sendo assim, para que se possa assegurar que determinado KPA foi dominado de fato, é indispensável que todas as atividades nele previstas estejam desempenhadas pela auditoria interna.

Em vista disso, vale ressaltar que o resultado da pesquisa apura que a auditoria interna da Universidade de Brasília, dos quinze processos analisados, apenas um necessita de um pouco mais de atenção, sendo que, o mesmo pode ser implementado por meio da aprovação do Manual da Auditoria Interna da UnB.

A partir do confronto entre os processos realizados pela auditoria interna da UnB e os processos propostos pelo modelo do IA-CM, foram encontrados os resultados que ilustram uma grande evolução do órgão a partir do PAINT 2020 para o PAINT 2021 identificando assim um acompanhamento constante do órgão na melhoria de atividades que não haviam sido implementadas em anos anteriores, porém, ainda existem pontuais melhorias que devem-se dar destaque, principalmente dos fluxos operacionais, sendo necessário a sua inclusão no Manual Operacional da Auditoria Interna, seguindo o modelo de capacidade da auditoria interna, mais especificamente no processo KPA 2.9 – Fluxo de Reporte de Auditoria Estabelecido.

Diante do que foi observado e com base na entrevista realizada com o Auditor-Chefe e na análise dos documentos disponíveis, verifica-se que a Auditoria Interna da Universidade de Brasília não alcançou o nível 2 por completo de capacidade do modelo IA-CM, especificamente no que se refere ao KPA 2.9 – Fluxo de Reporte de Auditoria Estabelecido.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os usuários da informação e a própria instituição necessitam de informações de qualidade que atestem a sua legalidade, sendo assim, a auditoria interna é crucial nesse processo, pois ela tem consigo o selo de credibilidade que assegura a legalidade e eficiência dos atos da administração. A AI além de realizar assessoria, do apoio em tomadas de decisões, tornando-se instrumento cada vez mais importante no apoio a gestão.

Em conformidade com o modelo proposto pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), que visa a busca por avanço nos processos, a AI realiza a adaptação do processo junto ao setor público, para que sejam implementadas melhorias. A AI junto ao órgão deverá analisar o nível de maturidade proposto pelo modelo, para assim dar continuidade ao processo de aperfeiçoamento e galgar os próximos níveis.

Tendo como base esse modelo, a pesquisa em questão buscou identificar o nível de maturidade da unidade de Auditoria Interna da Universidade de Brasília em relação ao KPA 2.9 – Fluxo de reporte de auditoria estabelecido do *Internal Audit Capability Model* (IA-CM).

Com a intenção de auferir indícios e elementos para avaliar a existência e institucionalização de práticas relativas ao indicador na unidade, foram analisados documentos, normas, procedimentos pertinentes a auditoria interna da Universidade de Brasília e bem assim como a entrevista realizada com a equipe da Audin da UnB.

Os resultados alcançados na pesquisa produzida com relação a institucionalização do KPA 2.9 do IA-CM na auditoria interna da Universidade de Brasília, apontam um alto grau de conformidade nesse ponto. Dentre as quinze verificações elaboradas, apenas uma não está em total conformidade com o estabelecido e necessita ser aprimorado para que estejam ajustadas ao modelo.

A auditoria interna da Universidade de Brasília por meio dos seus processos internos e em acordo com o PAINT anual, conseguiu apresentar excelentes condutas relacionadas ao processo de planejamento e elaboração do PAINT 2021, sendo que este, está em acordo com o

modelo do IA-CM. Desta forma, a Audin da UnB conseguirá direcionar seus esforços na sequência e melhoria de outros KPAs e áreas do próprio modelo.

A pesquisa apresentada não tem a capacidade de estimar qual o nível de maturidade da auditoria interna da Universidade de Brasília, pois, somente foi objeto de estudo uma das variáveis dentro do nível 2 (Infraestrutura). Assim que todos os KPAs do nível 2 estiverem totalmente implementados será possível analisar a sua maturidade, bem assim como escalar o próximo nível.

Fica como inspiração para futuras pesquisas, a análise de outros KPAs de nível 2 do modelo de auditoria interna (IA-CM) na AI da UnB. Tendo em vista que, o trabalho apresentado também tem aplicabilidade em outras universidades federais, sabendo que elas também compartilham do mesmo processo de adequação as normas da CGU.

## REFERÊNCIAS

- Auditoria Interna Governamental. Controladoria-Geral da União, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao>. Acesso em: 07 ago. 2021.
- BRASIL. Instrução Normativa nº 5, de 27 de agosto de 2021. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, edição 167, p.160, 2 set. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm) Acesso em: 07 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério Da Transparência e Controladoria-Geral Da União, 2017. Instrução Normativa nº 3, de 2017. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília-DF, 09 junho de 2017.
- CARVALHAL, Fernando Luís de Sousa. Auditoria interna governamental: análise dos indicadores gerenciais das universidades federais brasileiras. Brasília, 2020.
- DE ANDRADE, Fernanda Costa et al. Atividade de auditoria interna da Controladoria-Geral do estado de Minas Gerais. 2019.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.
- Janse van Rensburg, J. O. (2014). Internal audit capability: a public sector case study. (Doctoral dissertation) University of Pretoria.
- MACRAE, Elizabeth; Van Gils, Diane. Internal Audit Capabilities and Performance Levels in the Public Sector. 2014. Disponível em: <https://www.interniaudit.cz/download/novinky/Internal-Audit-Capabilities-and-Performance-Levels-in-the-Public-Sector.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021
- RODRIGUES, Rubens Carlos. A Atuação da auditoria interna nas universidades federais brasileiras. 2017. 176 f. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28900>. Acesso em 13 ago. 2021.
- The Institute of Internal Auditors Research Foundation (IIARF). Internal audit capability model (IA-CM) for the public sector: overview and application guide. Altamonte Springs, 2009.
- The World Bank & Conselho Nacional de Controle Interno. (2016). Validação Independente da Auto-avaliação IA-CM da Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF).
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

ANDRADE, Fernanda Costa de. Atividade de auditoria interna da Controladoria-Geral do estado de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30562>. Acesso em: 18 ago. 2021.

Resolução do Conselho de Administração da UnB n. 0021/2019. Aprova o Regimento Interno e define o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna na Universidade de Brasília. Disponível em: [http://auditoria.unb.br/images/RIAUD/5\\_-\\_Resoluo\\_CAD\\_021-2019\\_-\\_Regimento\\_Interno\\_da\\_AUD.pdf](http://auditoria.unb.br/images/RIAUD/5_-_Resoluo_CAD_021-2019_-_Regimento_Interno_da_AUD.pdf). Acesso em: 21 ago. 2021.

Resolução do Conselho de Administração da UnB n. 03/2019. Aprova revisão do Planejamento Estratégico da Auditoria Interna (AUD) para o período de 2019-2022. Disponível em: <http://auditoria.unb.br/images/pdf/4613632.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

Figura 3: Mapa estratégico UnB - Fonte: Planejamento institucional 2018/2022. Planejamento DPO Unb, 2021 Disponível em: < [http://www.planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com\\_content & view= article & id=24 & itemid=790](http://www.planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24&itemid=790) > Acesso em: 14, out de 2021.

Figura 4: Mapa Audin da UnB - Fonte: Auditoria e integridade - missão, visão e valores da UAD. Auditoria UNB, 2021 Disponível em: < <http://auditoria.unb.br/noticias/114-auditoria-e-integridade-missao-visao-e-valores-da-aud> > Acesso em: 14, out de 2021.

DOMINGUES, Allan Gabriel Silva. Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas. (Monografia de Graduação). Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de Brasília.2020

SANTOS, Erisvaldo Alves dos. A importância do desenvolvimento profissional da equipe de auditores internos. (Monografia de Graduação). Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de Brasília.2020

## APÊNDICE(S)

### APÊNDICE A – Checklist do Indicador (KPA 2.9) – Fluxo de reporte de Auditoria estabelecido.

Verificações Propostas – Existência	Sim	Não	Em parte	Observações
1. A UAIG possui estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais a serem observados pela atividade de AI?				
2. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI foi formalmente aprovado pela alta administração e/ou pelo conselho?				
3. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI estabelece missão e/ou visão da UAIG?				
4. A UAIG comunica o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de AI para toda a organização?				
5. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI estabelecem as relações de reporte administrativo e funcional da UAIG em níveis adequados?				
6. Há previsão de processo de revisão e de atualização, periódica ou à medida da necessidade, do estatuto ou do regulamento da atividade de AI, incluindo aprovação da alta administração e/ou do conselho?				
7. As práticas e os processos de auditoria da UAIG estão alinhadas ao estatuto ou a outro documento que defina formalmente o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI?				
8. Os gestores e os auditores da UAIG conhecem e são constantemente capacitados em relação ao propósito, à autoridade, à responsabilidade e aos padrões profissionais da atividade de AI?				
9. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI está vigente e é efetivamente observado?				
10. A declaração de missão e/ou de visão para a atividade de AI está alinhada com os objetivos da organização?				
11. A alta administração, os gestores, o corpo funcional e os colaboradores da organização em que a UAIG atua conhecem o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de AI?				
12. O CAI tem se reportado administrativa e funcionalmente em nível adequado na organização?				
13. O nível de reporte estabelecido tem permitido que a UAIG realize seu trabalho de forma independente?				

14. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI é atualizado periodicamente ou sempre que necessário?				
15. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI vigente está atualizado?				

**APÊNDICE B – Roteiro da entrevista do Indicador (KPA) 2.9 – Fluxo de reporte de Auditoria estabelecido.**

Roteiro Entrevista	Sim	Não	Observações
1. O estatuto ou outro instrumento formal que defina o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI estabelecem as relações de reporte administrativo e funcional da UAIG em níveis adequados?			
2.As práticas e os processos de auditoria da UAIG estão alinhados ao estatuto ou a outro documento que defina formalmente o propósito, a autoridade, a responsabilidade e os padrões profissionais da atividade de AI?			
3.A declaração de missão e/ou de visão para a atividade de AI está alinhada com os objetivos da organização?			
4.O CAI tem se reportado administrativa e funcionalmente em nível adequado na organização?			